



PREFEITURA MUNICIPAL DE ÂNGULO

Fone/Fax: (44) 3256.1133

Av. Valério Osmar Estevão nº 72 - CEP 86755-000 - Ângulo - Paraná

CNPJ: 95.642.286/0001-15

LEI nº 986/2017 de 05-04-2017

PUBLICADO EM 07/04/2017

ODIÁRIO Nº 13.192

PÁGINA Nº 5

Súmula: Fixa o valor para pagamento de Obrigações de Pequeno Valor/RPV, decorrentes de decisões judiciais, nos termos do Art. 100, parágrafos 3º e 4º da Constituição Federal.

A Câmara Municipal de Ângulo, Estado do Paraná aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Ficam o Poder Executivo Municipal e os órgãos da Administração Direta e Indireta do Município autorizados a fazerem os pagamentos de débitos ou obrigações do Município de Ângulo, decorrentes de decisões judiciais transitadas em julgado, consideradas de pequeno valor, nos termos do Art. 100, parágrafos 3º e 4º da Constituição Federal, sendo procedido diretamente pela Secretaria Municipal da Fazenda, à vista do ofício requisitório expedido pelo juízo competente – Requisição de Pequeno Valor/RPV.

Parágrafo Único - Para fins desta Lei, consideram-se de pequeno valor os débitos ou obrigações que tenham valor igual ou inferior ao valor do maior benefício do regime geral de previdência social, atualmente em R\$ 5.531,31 (cinco mil, quinhentos e trinta e um reais e trinta e um centavos), nos termos do parágrafo 4º do artigo 100 da Constituição Federal.

Art. 2º - Os pagamentos das RPVs de que trata esta Lei serão realizados de acordo com as disponibilidades orçamentárias e financeiras do Município e serão atendidos conforme a ordem cronológica dos ofícios requisitórios protocolados na Secretaria Municipal da Fazenda.

Art. 3º - A Assessoria Jurídica do Município cuidará, para que nos autos dos processos respectivos não ocorra fracionamento, repartição ou quebra do valor de execução, vedados no parágrafo 8º do Art. 100 da Constituição Federal, sem prejuízo da faculdade de o credor renunciar ao crédito de valor excedente ao fixado no parágrafo único do Art. 1º desta Lei, para receber através de RPV.

Art. 4º - Para os pagamentos de que trata a presente Lei, será utilizada a dotação própria consignada no orçamento anual.

Art. 5º - A presente Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Edifício da Prefeitura Municipal de Ângulo, em 05 de Abril de 2017


Rogério Aparecido Bernardo
Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Santa Fé

CPF: 07.291.416/0001-47

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 01/2017 – PMSF

Pregão Nº 85/2017
VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, que entre si celebram o **MUNICÍPIO DE SANTA FE**, pessoa jurídica de direito público inscrita no CNPJ/IMEF sob o nº 07.291.416/0001-47, com sede na Avenida Presidente Kennedy, nº 717, no Município de Santa Fé, Estado do Paraná, neste ato, representado pelo Exmo. Prefeito Municipal, Sr. Fernando Brambila, brasileiro, casado, residente e domiciliado no município de Santa Fé, Estado do Paraná, portador da cédula de identidade nº 3.487.205-2, inscrita no CPF/IMEF sob o nº 026.702.829-47, doravante denominado **CONTRATANTE**, e a Empresa, de **ANGELIS PECAS E SERVIÇOS DE MECÂNICA LTDA - EPP** inscrita no CNPJ/IMEF sob o nº 08.310.800/01-09, com sede em Avenida Major Jooze, 381, Bairro São José, no Município de Maringá, Estado do Paraná, neste ato, representada por seu sócio Sr. Antônio Otonero da Anjoia, brasileiro, residente e domiciliado no município de Maringá, Estado do Paraná, portador da Cédula de Identidade nº 5.723.229-47, inscrita no CPF/IMEF sob o nº 030.818.108-63, doravante denominado **CONTRATADA**, readunem registro de preço relacionado na Cláusula Primeira em razão do resultado final e homologado pelo Conselho Municipal de Registro de Preço, sob o nº 055/2017, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO: O objeto desta ATA é o Registro de preço, objetivando a contratação do maior percentual de desconto ofertado sobre a tabela de preço do Sistema ADOTADO, para aquisição de frota de veículos pesados de marca/marcas novas, necessárias para manutenção dos veículos pesados da frota da Administração Municipal pelo período de 12 (doze) meses, salientando que as peças serão solicitadas em quaisquer quantidades no decorrer da vigência da respectiva Ata de Registro de Preço, nos termos do presente Edital e seus anexos, podendo ou não atingir o valor total licitado conforme segue:

Item	Descrição	Unidade	Quant.	Porcentual Mínimo de Desconto	Porcentual Máximo de Desconto Ofertado	Valor R\$ Máximo Total
01	Peças genuínas novas, necessárias à manutenção dos veículos utilitários pesados inscricionados na frota do Município de Santa Fé - PE.	UND.	01	40%	62%	150.000,00

Valor Máximo do Lote: R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais)

51º O preço unitário a ser pago é o constante na TABELA OFICIAL DE PREÇO DA AUDIEX, aplicando-se a percentual de desconto ofertado conforme proposta apresentada pela Contratada, sendo em caso de diversidade de mercadorias, considerase para fins indenizatórios e resoluções os valores maiores de cada item. O valor máximo a ser pago é o constante no Anexo 01, considerando-se o maior salientando-se que a aquisição dos produtos é fracionada, podendo ou não atingir o valor total licitado.

52º Fica previsto que a Administração Municipal poderá adquirir peças mediante o presente Edital vigência da respectiva Ata de Registro de Preço e desde que sejam das marcas especificadas no Anexo 01 do presente Edital, os mesmos poderão ser incluídos nos respectivos lotes, por meio de aditivo contratual.

[illegible]

CLÁUSULA QUINTA – DOS REAJUSTES: O prestatador de desconto obtendo pela contratação não sofrerá alterações durante o período de vigência da Ata de Registro de Preço.

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DOS CONTRATANTES:

a) São obrigações da Contratada:

- a) Manter, durante a execução da Ata, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificações exigidas no Edital de Licitação;
- b) Responder e arcar com as consequências decorrentes de qualquer alteração feita na Cláusula Terceira e com as normas do Código de Defesa do Consumidor, Lei nº 07/09/00;
- c) Prestar assistência técnica e suporte necessário para a utilização dos produtos sob Contrato e a terceiros, decorrentes de dolo ou culpa na execução do objeto desta Ata, diretamente por seu preposto ou empregado, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento feito pela Contratante;
- d) A Contratada se obriga a prestar garantia dos produtos fornecidos, sem prejuízo qualquer prevista no Edital e no Código de Defesa do Consumidor, em prazo indicado em sua proposta, sem custos adicionais, para garantia obrigatória e substituição dos materiais que apresentarem defeitos de fabricação ou outros de natureza de fabricação, desde que não decorrentes de uso indevido, não estando a Contratada, a contar da comunicação;
- e) Constar ao Contrato as alterações que forem efetuadas em seu Contrato Social;
- f) Frequentar ao Contrato todas as facilidades para a boa execução do objeto contratado, allegando representações para acompanhar a entrega e conclusão dos materiais e dirimir eventuais dúvidas a ele pertinentes, junto da Contratante;
- g) A Contratada deverá reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a seus expensas, o objeto do contrato sempre que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de inobservância das especificações;

b) Constituem-se obrigações da Contratante:

- a) Promover, através de seu representante, o acompanhamento e a fiscalização da presente Ata;
- b) Prestar as informações necessárias e colaborar com a Contratada na execução do objeto, que venham a ser solicitados pelo representante da Contratada;
- c) Eficaz o pagamento pelo produto entregue, dentro das condições estabelecidas na Cláusula Quarta;
- d) Receber os materiais na quantidade solicitada, assegurando das perfis, condições de embalagem e normas de segurança, responsabilizando a Contratada por qualquer dano causado resultante da má qualidade do produto fornecido;

CLÁUSULA SÉTIMA – DA FISCALIZAÇÃO: A fiscalização será exercida pelo contratante, através de seu representante, que poderá nomear, a qualquer tempo, o representante, junto ao representante da Contratada, solicitar a correção de eventuais falhas ou irregularidades que forem verificadas, as quais, se não forem sanadas, no prazo fixo em prazo, serão objeto de comunicação oficial à Contratada, e, se não forem sanadas, a autoridade competente poderá considerar a execução do objeto concluída.

Parágrafo Único: As solicitações, reclamações, exigências, observações e incorreções relacionadas com a execução do objeto desta Ata serão resolvidas pelo comitê composto por representantes de ambas as partes.

CLÁUSULA OITAVA – DA RESCISÃO: A rescisão do presente Contrato poderá ser dar nas condições previstas no Artigo 13 de Decreto Municipal nº 002/2008 e nos Artigos 7º a 8º da Lei Federal 9069/03, e suas alterações.

CLÁUSULA NONA – DAS PENALIDADES: A Contratada responderá perante a Contratante por todas e quaisquer penalidades previstas em legislação aplicável, inclusive a Lei Federal nº 8.666/93, do Registro de Preço, sob pena de decorrer do objeto solicitado e entregue, seja por intencionalidade ou não.

61ª Pela inexecução total ou parcial do Termo Contratual/Aia de Registro de Preço a Administração poderá rescindir unilateralmente o Contrato e aplicar as sanções descritas nos itens abaixo à seguinte:

61.1 Aplicação, em simples ocorrência não repetitiva a outras parâmetros;

61.2 Multa nas formas previstas no parágrafo segundo desta cláusula;

61.3 Demais sanções previstas no Art. 97 da Lei Federal nº 8.666/1993;

61.4 Quando tais sanções previstas não forem suficientes para a Administração Municipal poder, garantir a pronta entrega, aplicar à Contratada as seguintes multas:

61.4.1 De até 20% (vinte por cento) do valor total do Termo Contratual/Aia de Registro de Preço, na caso de Contratada fraudar na execução do objeto contratado, comportar-se de modo indevido ou cometer fraude fiscal;

61.4.2 De multa de 20% (vinte por cento) do valor total do Termo Contratual/Aia de Registro de Preço, pela falta de total cumprimento das obrigações decorrentes do contrato;

61.4.3 Multa de 1% (um por cento) ao dia, até o 10º (décimo) dia de atraso na entrega dos produtos, os valor total dos produtos solicitados; após o 10º (décimo) dia de atraso na entrega dos produtos será considerada rescisão do objeto contratado.

61.5 Considera-se fornecimento irregular o descumprimento não justificando quanto ao atendimento das necessidades para o fornecimento dos produtos solicitados pela Contratante.

61.6 Em qualquer hipótese, a Contratada será notificada para apresentação de defesa prévia, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, sob pena de aplicação das penalidades previstas no item 61.4.

61.7 No caso de aplicação de multa pela Administração Municipal, fica expressamente autorizado pelo Contrato, nos termos do § 3º do Art. 68 da Lei Federal 8.666/1993, o seu imediato abatimento, em eventual crédito que venha sendo refletido em qualquer empenho, antes que não relacione com este instrumento, ou no caso de não haver saldo suficiente para o abatimento, o valor deverá ser recolhido aos cofres municipais, junto à Tesouraria da Administração Municipal, no prazo de quinze dias, contados a partir da data de notificação.

61.8 Os Fatores ou fatos que possam causar prejuízo para cobrança do valor devido pela Contratada ao Contratante, está sendo encaminhado para inscrição em dívida ativa, devendo ser cobrado por via judicial.

61.9 As despesas legais totais não estarão incluídas, ainda, de expressão dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que venha a acarretar ao contratante.

61.10 Nos casos de Administração Municipal decorrentes de aplicação de penalidade sobre multa, caberá a Contratada a responsabilidade de pagar o termo de multa de R\$ 108.000,00 (R\$ 6.600,00), contra o preço do material.

61.11 Os recursos interpostos às decisões de aplicação de penalidade sobre multa, devem ser dirigidos à Autoridade superior da Administração Municipal.

61.12 Não serão admitidas reclamações ou recursos por parte do contratado, inclusive, contra eletrônicos ou quaisquer outro meio de comunicação, sob o risco de serem prestados em Lei, nos pedidos de interpelação de recurso, onde houver subsídios para comprovar a validade das decisões da Administração Municipal.

61.13 A notificação/realização de aplicação de penalidades serão publicadas, pela Administração Municipal, no órgão oficial do Município de Santa Fé, cuja data de publicação valerá como início do prazo para recurso.

61.14 Nenhuma parte será responsável perante a outra pelas ações ocasionadas por motivo de força maior ou caso fortuito.

CAPÍTULO DECIMA – DO FORO: Fica eleito o Foro da Comarca de Santa Fé, Estado do Paraná, para dirimir quaisquer dúvidas sobre procedimentos relacionados com o cumprimento das cláusulas contratuais.

CAPÍTULO DÉCIMA PRIMEIRA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

61.1 O encerramento da validade da Aia de Registro de Preço não cassa a obrigação de CONTRATADA de cumprir as termos contratuais assinados até a data de vencimento das mesmas.

61.2 Os Contratos celebrados no prazo de validade máxima de 12 (doze) meses, observadas as disposições do Art. 57 da Lei 8.666/93 podendo ser alterados de acordo com o valor do contrato.

61.3 A Administração Municipal não se obriga a utilizar as Aia de Registro de Preços se durante a sua vigência constatar que os preços registrados são superiores aos praticados no mercado, nas mesmas especificações e condições previstas na Aia de Registro de Preço.

61.4 A Administração Municipal, ao seu exclusivo critério, poderá, durante os últimos 30 (trinta) dias de vigência da Aia de Registro de Preço, estabelecer gradativa redução ou aumento do Turnover, até a elaboração de um novo contrato.

61.5 Todos os preços convencionados em cada termo contratual serão em dias corridos, salvo disposição em contrário, e os contratos deverão ser executados dentro do prazo estabelecido no instrumento.

61.6 Igualmente a presente Aia, independente de transição, as condições estabelecidas na legislação aplicável, bem como as alterações feitas pela Lei Federal nº 12.727/2012, Lei Federal nº 12.727/2012 e Decreto Municipal nº 027/2010, as quais serão aplicáveis em caso omissões.

Estando lida(s) e concordada(s), firmam a presente Aia, em 02 (duas) vias, conforme as testemunhas abaixo indicadas, para todas as fins e efeitos de direito.

Santa Fé, 28 de março de 2017.

CONTRATANTE:
Prefeitura Municipal de Santa Fé

CONTRATADA:
Antônio Gerardo de Angelo

TESTES MUNICIPAIS:
João Francisco Nova
(Contratante)
CPF: 4.405.102-81/91

TESTES MUNICIPAIS:

(Contratada)
CPF: _____